Acervo ISA

Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte FSP
Data 31/3/99 Pg 1-8
Class. 771

CATÓLICOS *Assembléia da CNBB decidirá como o gesto vai ser apresentado; bispo afirma que violência ainda continua*

Igreja vai pedir perdão a índios e negros

CLÁUDIA TREVISAN
da Reportagem Local

A Igreja Católica vai aproveitar as comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil para pedir perdão pelas violências praticadas contra índios e escravos negros no país.

A forma como o pedido de perdão será feito é um dos pontos que serão discutidos na 37ª Assembléia Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que ocorrerá entre os dias 14 e 23 de abril, em Itaici (SP). O pedido de perdão poderá ser apresentado de forma isolada em várias igrejas ou em um grande ato nacional.

D. Angélico Sândalo Bernardino, bispo-auxiliar de São Paulo, diz que o gesto será dirigido a Deus, aos que foram vítimas da violência e a seus descendentes que estão vivos. Segundo ele, mais do que uma penitência por erros do passado, o pedido de perdão representa o compromisso da igreja com a defesa dos índios e negros no presente.

"A caça aos índios e a discriminação contra os negros continuam", afirma Bernardino.

O pedido de perdão não significa uma crítica total à atuação da igreja no período colonial.

"O que a igreja fez em favor dos índios foi muito mais positivo do que negativo", observa Bernardino, que integra a CEP (Comissão Episcopal de Pastoral), um dos órgãos de cúpula da CNBB.

O bispo-auxiliar cita o padre José de Anchieta (1534-1597) como um dos personagens que tiveram atuação fundamental no processo de integração dos índios.

Escravidão

Segundo o bispo-auxiliar, também houve integrantes da igreja que se levantaram contra a escravidão. Mas ele reconhece que o sistema foi aceito e praticado por grande parte da igreja.

Bernardino afirma que o pedido de perdão não se refere apenas a atitudes institucionais da igreja e inclui a atuação de seus seguidores. "Muitos católicos estavam envolvidos na usurpação de terras indígenas e na escravidão."

Mas acrescenta que a igreja e os católicos não podem ser responsabilizados por tudo o que ocorreu. "Havia toda uma estrutura socioeconômica. Nós pedimos perdão pelo nosso quinhão de responsabilidade", ressalta.

Bernardino diz que o assunto vem sendo discutido pela igreja no Brasil nos últimos três anos e que há consenso sobre a necessidade do pedido de perdão.

O bispo-auxiliar observa que o próprio papa João Paulo 2º pediu perdão por eventuais abusos praticados pela igreja contra negros e índios na América, logo depois da 4ª Conferência Episcopal da América Latina e Caribe, em 1992.

Editoria de Arte/Folha Imagem

A Igreja Católica e a escravidão no Brasil

■ Logo no início da colonização das Américas por Espanha e Portugal, no século 16, a Igreja Católica condenou a escravidão de índios, mas não fez restrições ao uso de mão-de-obra cativa de negros africanos

■ O abuso dos escravos indígenas foi alvo de uma bula teológica do papa Paulo 3º, publicada em 1537

■ Missionários jesuítas que vieram ao Brasil com a missão de converter os índios ao catolicismo entraram em conflito com os colonos portugueses que desejavam utilizá-los como mão-de-obra escrava

■ Já o apoio da igreja à escravidão dos negros recebia suporte teológico, ou seja, a igreja a considerava compatível com os seus ensinamentos

■ A escravidão, de acordo com alguns teólogos, era fruto do pecado original; para outros, os negros eram filhos do demônio e formavam uma raça de condenados

■ Isso não impediu, porém, que algumas vezes a igreja recriminasse os senhores de engenho pelos maus-tratos a que os escravos eram submetidos

■ As poucas vozes contrárias à escravidão não tinham receptividade na Igreja, ligada à Coroa portuguesa; algumas ordens religiosas se transformaram em grandes proprietárias de escravos

■ A pregação da igreja aos escravos se baseava em um catecismo que valorizava a paciência, a resignação e a obediência

■ Mesmo na segunda metade do século 19, quando o movimento abolicionista ganhou força, a Igreja Católica no Brasil não se posicionou contra a escravidão, a não ser pouco antes que a Lei Áurea fosse assinada (13.mai.1888)

■ Em junho de 1888, um mês após a Abolição, é divulgada encíclica do papa Leão 13 em que é condenado o trabalho escravo

"*Não há trabalho, nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e à paixão de Cristo, que o vosso (dos escravos) em um destes engenhos. (...) A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós despidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isto se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio.*"

Trecho de "Sermões do Rosário: Sermão 14º", do padre Antônio Vieira, 1663